



miguilim

revista eletrônica do netlli

volume 12, número 3, set.-dez. 2023

O GALILEANISMO NA CIÊNCIA DA LINGUAGEM: O PROGRAMA CIENTÍFICO DA GLOSSEMÁTICA DE HJELMSLEV



GALILEANISM IN LANGUAGE SCIENCE: THE SCIENTIFIC PROGRAM OF HJELMSLEV'S GLOSSEMATICS

Fábio Luiz de Castro DIAS
Universidade Federal de Lavras, Brasil

Marco Antonio VILLARTA-NEDER
Universidade Federal de Lavras, Brasil

Caio Gutemberg da Silva PETRONILHO
Universidade Federal de Lavras, Brasil

RESUMO | INDEXAÇÃO | TEXTO | REFERÊNCIAS | CITAR ESTE ARTIGO | AUTORIA

RECEBIDO EM 01/07/2023 • APROVADO EM 12/12/2023

DOI: <https://doi.org/10.47295/mgren.v12i3.1011>

Resumo

Este artigo objetiva tecer um conjunto de considerações teóricas a respeito do programa científico da teoria linguística do linguista dinamarquês Louis Hjelmslev [1899-1965], um

dos fundadores e um dos maiores expoentes do Círculo Linguístico de Copenhague. Segundo o que é aqui propugnamos, esse programa se caracteriza, em sua estrutura epistemológica, como estritamente galileano, imantado por um modelo e por uma racionalidade forjados pelo galileanismo científico e que encontra em Galileu Galilei [1564-1642] o seu fundador e a sua mais absoluta expressão. Para que o objetivo almejado encontrasse realização, apresentamos uma definição do galileanismo, destacando algumas das suas principais características epistemológicas a partir de como é considerado e delimitado, em maior parte, por Koyré (2011a [1944]; 2011b [1956]; 2011c [1955]; 2011d [1953]; 2011e [1930]) e, em menor parte e mais indiretamente, por Bouquet (2000 [1997]) e por Milner (2021 [1989]). Na sequência, buscamos fazer uma série de especificações epistemológicas da *glossemática* hjelmsleviana, especialmente a partir do que se encontra proposto em *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (2013 [1953]), aspirando evidenciar como o programa científico da teoria ali enunciada tem por base um modelo e uma racionalidade galileanos. Com este artigo, esperamos contribuir para um esclarecimento profícuo e necessário da teoria do linguista dinamarquês, bem como para a epistemologia da linguística geral.

Abstract

This article aims to present a set of theoretical discussions about the scientific program of Danish linguist Louis Hjelmslev [1899-1965] linguistic theory. He was one of the founders and one of the greatest exponents of *Copenhagen Linguistic Circle*. According to what is presupposed here, this program is characterized, in its epistemological structure, as strictly Galilean, magnetized by a model and rationality forged by scientific Galileanism and that finds in Galileo Galilei [1564-1642] its founder and its most high expression. To achieve such objective, we briefly present a definition of Galileanism, highlighting some of its main epistemological characteristics based on how it is considered and defined, for the most part, by Koyré (2011a [1944]; 2011b [1956]; 2011c [1955]; 2011d [1953]; 2011e [1930]) and, to a lesser extent and more indirectly, by Bouquet (2000 [1997]) and Milner (2021 [1989]). Next, we seek to make a series of epistemological specifications of Hjelmslev's glossematics, especially based on what is proposed in *Prolegomena to a theory of language* (2013 [1953]), aiming to show how the theory enunciated there is based on a Galilean model and a Galilean rationality. With this article, we hope to contribute to a fruitful and necessary clarification of the theory of the Danish linguist.

Entradas para indexação

Palavras-chave: Galileanismo. Glossemática. Teoria linguística. Epistemologia da linguística.

Keywords: Galileanism. Glossematics. Linguistic theory. Linguistics epistemology.

Texto integral

Considerações iniciais

A atividade científica de Louis Hjelmslev pode muito bem se comparar com a que fora exercida por um dos linguistas e pensadores mais admirados pelo dinamarquês, com a de Ferdinand de Saussure [1857-1913]. Apesar de não ser um nome tão frequentemente mencionado em nosso contexto acadêmico-científico –

salvo alguns trabalhos muito bem executados¹ –, a reflexão linguística de Hjelmslev, objetiva e categórica como é em sua complexa constituição teoricamente epistêmica² e metodológica, na apresentação geral dos seus objetivos e na fundamentação das suas críticas, caracteriza-se profundamente por uma imensa coerência teórica, sobretudo por ter-se dedicado à fundamentação de um programa científico em que se reflete o mais intenso desejo saussureano de criação e de desenvolvimento de uma linguística efetivamente geral, cujos fundamentos e princípios epistemológicos e metodológicos, espelhados na episteme³ construída em suas obras, almejam fundar um caminho teórico universalmente válido na ciência da linguagem, uma direção que possibilite a análise, a descrição e o entendimento das estruturas de toda e qualquer língua particular.

Esse programa científico da linguística hjelmsleviana, cuja formação epistemológica pode ser historicamente mapeada, todavia, em diversos textos produzidos por Hjelmslev no decorrer da sua trajetória acadêmica e científica, resume-se demasiadamente bem na teoria que concebeu em *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (2013 [1953]) – *PTL*, doravante. Ali, mais do que em qualquer outra obra sua, está posto todo um conjunto articulado de ideias, de conceitos, de fundamentos, de pressupostos e de princípios epistemológicos e metodológicos da sua *glossemática*, uma teoria linguística pela qual Hjelmslev procurou lançar as bases de uma reflexão capaz de subsidiar uma prática analítica, como mencionamos parcialmente, tanto das línguas de maneira geral, quanto da linguagem em seu caráter fundamentalmente *funcional* e *semiótico*. Trata-se, assim, de “uma teoria que procura a *estrutura específica da linguagem* com a ajuda de um *sistema de premissas exclusivamente formais* [...]” (HJELMSLEV 2013 [1953], p. 7, grifos nossos).

No que é aí apresentado pelo linguista dinamarquês, percebemos uma série de significantes que indiciam como a sua teoria linguística manteve relações estreitas com o modelo epistemológico⁴ particularmente imantado no seio do

¹ É o caso da recente tese de Valério (2023), trabalho em que se dedicou a analisar as estruturas multissemióticas a partir do referencial teórico da glossemática. Emblemático também é o artigo sem igual de Beividas (2015), complexo pela temática a que se dedica debater, cuja leitura fortemente recomendamos.

² Ou seja, que se refere a *conhecimento teórico*. Há formas de conhecimento que podem ser majoritariamente *experimentais*, mesmo que baseadas em uma teoria.

³ O termo *episteme*, assim como outros dele derivados ou a ele ligados (como *plano epistêmico*, *conteúdo epistêmico* etc.), refere-se especificamente a conhecimento. Nesse sentido, é sinônimo de conhecimento ou de *saber*. No caso do que aqui tratamos, é uma referência ao conhecimento teórico ou científico, fundamentado epistemologicamente e que se quer racionalmente justificado e válido em suas proposições. Assim, recuperamos, em grande medida, a definição de Abbagnano (2012 [1983], p. 391, grifo do original), de acordo com a qual episteme é um “termo grego (ἐπιστήμη) usado por alguns estudiosos (p. ex., por Popper) para indicar um tipo de saber que, diferentemente da opinião (*doxa*), é certo, estável e fundamentado, ou seja, dotado de garantias incontroversas de validade”.

⁴ Neste artigo, usaremos o termo *epistemológico* e os seus derivados não como uma remissão estrita à teoria do conhecimento em geral, mas, sim, com o intuito de fazer referência àquilo que, no conhecimento científico, é demarcador das condições e dos critérios que o tornam possível, fundamentado, justificado e válido. Dito de outro modo, remeteremos à noção de epistemologia como o domínio em que se dá o conjunto das *condições de possibilidade* desse conhecimento especificamente científico, no espectro de uma dada ciência. Quando nos referimos, então, à expressão modelo epistemológico, estamos tratando, nada mais, nada menos, de um modelo

galileanismo científico, um modelo que se iniciou, assim, com as reflexões filosóficas e científicas de Galileu Galilei e que segue sendo, até os nossos dias, um dos mais adequados para o desenvolvimento de determinadas formas de teoria científica. Esse galileanismo é sobretudo caracterizado por preconizar que toda teoria que almeje ser geral e universalmente válida necessita se constituir como uma *reflexão teoricamente apriorística*⁵ e ser, portanto, como muito bem é explicitado por Camara Jr. (2021 [1975]), uma *teoria arbitrária*⁶ e *independente* em relação aos fatos ou aos fenômenos a que se pretende dedicar.

Ao mesmo tempo, um modelo epistemológico estritamente galileano, que busca se fundamentar sobre a criação de hipóteses, faz a exigência formalmente epistemológica do uso de um *método dedutivo* – tanto no que concerne à proposição de que se deve partir da teoria em direção ao fato ou ao fenômeno a ser analisado pela experimentação, quanto no que se refere à *lógica do conhecimento*, que exige, por conseguinte, que se parta do geral para o particular –, para que o que seja concebido de modo teoricamente apriorístico e independente possa validar-se ou não segundo o *princípio da adequação* – ou, em termos popperianos, do critério da *falseabilidade* (2013 [1934]) ou da *falsificação* (POPPER, 2013 [1979]) –, isto é, possa tornar-se válido ou não ao tentar se adequar, na sua aplicação dedutiva, ao fato ou ao fenômeno a que se destina analisar e explicar – ou seja, à experiência.

Tendo em vista a existência de tal questão referente à linguística hjelmsleviana, bem como admitindo a incontornável importância deste assunto

justificado por uma certa *racionalidade*, dotado de legitimidade por uma tradição, que delimita, fundamenta, organiza e impõe os critérios epistemológicos necessários para que determinada teoria que a eles se submete possa classificar-se ou não como epistemologicamente possível e válida – isto é, no sentido do que anteriormente dissemos, científica. Portanto, o modelo epistemológico denota aquelas condições e circunscreve aqueles critérios que possibilitam a uma teoria dizer-se cientificamente válida – e o mesmo se pode falar de determinados experimentos específicos de dadas ciências. Nesse sentido, podemos entender que o galileanismo procura afirmar o seu conhecimento como possível, justificar-se e validar-se a partir do próprio modelo que a sua teorização institui, segundo uma racionalidade particular que o embasa e é por ele constituída. Já com o termo racionalidade, queremos dizer daquilo que se apresenta com o propósito de determinar que o modelo e a teoria postos tendem a querer-se válidos em suas proposições *de determinado modo* (racionalistamente, empiricamente etc.) e a querer-se aceitos porque se julgam racionalmente verdadeiros em seus objetivos. A racionalidade, logo, é o meio pelo qual se buscam justificar racionalmente uma teoria – ou um experimento – e o modelo epistemológico que a fundamenta.

⁵ Esse termo se refere à teoria que é proposta de maneira independente de toda e qualquer experiência particular de um fato ou de um fenômeno, que não é por ela epistemologicamente fundada e, por isso, pode ser geral e universalmente válida para analisar todo e qualquer fato ou fenômeno da mesma ordem, isto é, para aplicar-se a toda e qualquer experiência particular que tenha a mesma natureza. *A priori*, portanto, concerne aqui ao que não é necessariamente fundado ou motivado epistemologicamente por uma experiência singular. Nesse sentido, recuperamos o que é dito por Koyré (2011c [1955]).

⁶ Já adiantamos desde já que, *grosso modo* e em sentido amplo, ser arbitrária significa que a teoria não tem um vínculo necessário com a experiência, isto é, não é por ela particularmente motivada. Temos que nos lembrar de que a ideia que se deve ter de quando falamos em experiência é a de que toda experiência é, em seu acontecimento, intrinsecamente particular. Se uma teoria é motivada pela experiência, estará fadada a ser indutivamente a síntese e a generalização de um caso particular. Esse é o sentido teórico clássico da ideia de experiência, em teorias da ciência ou em epistemologia de maneira geral.

para a epistemologia da sua teoria glossemática e, concomitantemente, da linguística geral, o objetivo principal deste artigo é discutir teoricamente como o modelo epistemológico clamado e defendido pelo linguista dinamarquês é decorrente do galileanismo científico, tanto em seu aspecto teórico e particularmente epistemológico, quanto em seu caráter metodológico por prescrever um *método duplamente articulado*, que, por mais que se pretenda empírico, deve ser sobretudo dedutivo.

Para realizá-lo adequadamente, elaboraremos, segundo as diretrizes de Bouquet (2000 [1997]), Milner (2021 [1989]) e, principalmente, Koyré (2011a [1944]; 2011b [1956]; 2011c [1955]; 2011d [1953]; 2011e [1930]), uma resumida, mas suficiente definição do galileanismo, buscando especificar as características da racionalidade que o fundamenta e que mutuamente ele procura justificar, assim como o modelo que o caracteriza em sua mais profunda estrutura epistemológica. Em seguida, apresentaremos, a partir de recortes particulares do que propõe Hjelmslev, uma especificação epistemológica da teoria de *PTL* (2013 [1953]) – e de outros textos mais, caso nos venha a ser conveniente fazê-lo –, evidenciando como a linguística que ali propõe pode definir-se como uma linguística particularmente galileana, correlacionando, assim, os aspectos epistemológicos gerais por meio dos quais se define o galileanismo com aqueles que ali são admitidos e apresentados pelo linguista dinamarquês.

Este artigo, tal como aqui procura se propor, quer-se uma colaboração, à epistemologia da linguística, sobretudo por buscar trazer uma luz histórica e filosoficamente epistemológica para uma das mais consistentes teorias de linguística geral do século XX, além de procurar contribuir para a continuação de trabalhos a respeito do pensamento linguístico hjelmsleviano, especialmente por inspirar-se naqueles pioneiros da epistemologia da linguística elaborados por figuras emblemáticas do nosso campo, como Bouquet (2000 [1997]), em relação à linguística de Saussure, e Milner (2021 [1989]), em relação à linguística geral e à vertente gerativista.

Uma breve definição do galileanismo

Entre os revolucionários modernos do pensamento, Galileu talvez tenha sido, ao lado de René Descartes [1596-1650], não só uma figura central, mas também uma espécie de emblema simbólico de todo o ideal que caracteriza a ciência moderna, representativo, portanto, da modernidade filosófica e científica como se fosse um ponto de síntese do que ali se concebeu nos campos das ciências e, em parte, também da filosofia. Hoje, a doutrina galileana pode parecer-nos pouco ou nada interessante, mas não o é senão pelo fato de ter sido ampla e profundamente assimilada pela cultura científica do Ocidente. Nesse viés, a nossa atual compreensão científica das coisas, no campo das ciências em geral, e a estrutura epistemológica que possibilita que o façamos de maneira minimamente adequada têm muito ou totalmente a ver com o galileanismo e, desse modo, podemos dizer, com Koyré (2011c [1955]), que somos, em algum grau que seja, cientificamente galileanos ou, direta ou indiretamente, herdeiros do que propôs o pensamento científico de Galileu.

Se o discurso científico do galileanismo, por um lado, com as suas propostas

eminentemente epistemológicas, como os muitos outros dos seus contemporâneos modernos, apresenta-se como uma contraposição crítica ao *realismo aristotélico*⁷ que se desenvolvera nas ciências da Idade Média, ele, por outro, como afirma elucidativamente Koyré (2011c [1955]), não surgiu do nada. Por mais que tenhamos a tendência de conceber, como ainda orienta esse mesmo filósofo (KOYRÉ, 2011e), tudo à base das rupturas bruscas e imediatas, das *descontinuidades*, como algo dado de uma só vez por meio de um só golpe, não podemos perder de vista, contudo, o caráter geralmente pouco evidente ou sobremodo encoberto dos *pontos genéticos* de tradições anteriores – ou, retomando um conceito caro à filosofia da ciência, de *paradigmas* (KUHN, 2018 [1962]) – que lançaram os seus rastros implícitos de continuidade na história do pensamento, de modo que viessem a subsidiar a reflexão de muitos outros e a possibilitar um outro movimento paradigmático nas ciências, como no caso de Galileu na física.

Mas, sem também nos prendermos exacerbadamente ao argumento da continuidade (KOYRÉ, 2011e), temos que admitir que o pensamento teórico de Galileu, um discurso constituído em certo momento da história das ideias, junto como os dos demais modernos de maneira geral, deve ser caracterizado, até certo ponto, como científica e filosoficamente inédito e singular, sendo, por tudo isso, em grande medida profundamente responsável pela instituição de um movimento paradigmaticamente revolucionário nas ciências. Devemos assim reconhecê-lo considerando as suas teorizações como um elemento de uma cadeia sequencial, cujo caminho foi discursivamente preparado, pouco a pouco, não só por todas as condições históricas da conjuntura em que se formou, mas também por teorias e outras epistemes anteriormente produzidas, senão no seio da filosofia grega, durante a Idade Moderna e sobretudo a partir do período que se iniciou com o declínio do medievo, que convencionalmente vai do *humanismo* ao *renascimento*. Sobre isso, diz Koyré (2011e [1930], p. 9):

Dentro de um espírito muito louvável de ecletismo – aliás, uma característica do modelo de pensar do nosso tempo, que não se apega mais às separações demasiadamente nítidas e às divisões excessivamente rígidas –, os primórdios da Idade Moderna se situam nas épocas em que viveram pensadores da Renascença e mesmo da Pré-Renascença. Petrarca, Maquiavel, Nicolau de Cusa e Cesalpino nos mostram diferentes aspectos desta revolução, lenta, mas profunda que marca o fim, a morte da Idade Média. É verdade que há pouco em comum entre esses quatro pensadores

Por meio desse panorama genérico, mas suficientemente expressivo é que

⁷ Sucintamente, é um tipo de realismo que, do ponto de vista epistemologicamente importante para o que discutimos, presumia ser possível um conhecimento das coisas em sua realidade. A ciência aristotélica do medievo, de modo geral, também era pautada pelo discurso de que a validade científica absoluta de uma teoria só seria garantida pela experiência e exclusivamente através de experimentação, sobretudo pelo *meio indutivo*. Nesse viés, considerava-se que apenas a experiência e a indução assegurariam tanto a postulação cientificamente epistêmica verdadeira, quanto a validade epistemológica da episteme postulada, isto é, do valor de verdade que a sustentaria. O galileanismo, assim como o cartesianismo, foi uma forte reação a essa concepção. Para maiores esclarecimentos a respeito do realismo aristotélico, cf. KOYRÉ, 2011a [1944].

devemos entender que esse é, praticamente, o contexto discursivo da história das ideias a partir do qual foi se formando e se desenvolvendo a maior parte das teorias filosóficas e científicas dos pensadores propriamente modernos. Todavia, para o ponto de vista que nos interessa aqui e para a maneira como atualmente entendemos esse campo, os indícios mais importantes que prepararam a revolução paradigmática da modernidade, tal como afirma ainda Koyré (2011e [1930]), situam-se no final do século XV e estendem-se para dentro do século XVII, com o seu apogeu no século XVI. Dos seus poucos antecessores, porém, o que mais foi retomado pelos modernos, ainda pelo que é comentado por Koyré (2011b [1955]), foi justamente um tipo de *atitude filosófico-científica contestatória*, fundamentada e orientada epistemologicamente e por um ideário que, hoje, pode ser lido como uma postura revolucionária nas ciências, que fortemente se opunha ao eixo eminentemente aristotélico-realista que fundamentava a maior parte da ciência praticada no medievo, eixo que encontra no modelo epistemológico do realismo científico⁸ o seu reflexo direto e puro.

Foi então através de um retorno sistematicamente filosófico ao discurso do platonismo e, de modo direto, à filosofia de Platão [428/427-348/347] (KOYRÉ, 2011d [1953]; 2011e [1930]) que gradativamente foi se constituindo um horizonte discursivamente epistemológico que possibilitou a formação de concepções teóricas epistemologicamente baseadas no princípio que podemos chamar de *razão fundante e reguladora*⁹, concepções que reclamavam para si uma postura parcial ou totalmente racionalista. Muitas, aliás, tornaram-se substancialmente munidas de argumentos que puderam ou tentaram combater o aristotelismo e o realismo dominantes. “Consequentemente, aos contemporâneos e alunos de Galileu, como ao próprio Galileu, a ciência galileana, a filosofia galileana da natureza se afigurava como um retorno a Platão, como uma vitória de Platão sobre Aristóteles”, diz Koyré (2011c [1955], p. 213). Em síntese, o discurso científico e filosófico da modernidade, em que sobretudo tomou partido o galileanismo, ao mesmo tempo que o ajudou a fundar e a sustentar com o seu modelo epistemológico e com a sua racionalidade, caracterizou-se principalmente por:

1^o) a destruição do Cosmo e, conseqüentemente, o desaparecimento, na ciência, de todas as considerações baseadas nessa concepção; 2^o) a geometrização do espaço, isto é, a substituição, pelo espaço homogêneo e abstrato da geometria euclidiana, da concepção de um espaço cósmico qualitativamente diferenciado e concreto, o espaço da física pré-galileana. Podem-se resumir e exprimir essas duas características da seguinte maneira: a matematização (geometrização) da natureza e, por conseguinte, a matematização (geometrização) da ciência (KOYRÉ,

⁸ Desse realismo, foram surgindo, entre os modernos, muitos defensores do aristotelismo. Daí também saíram certas concepções empiristas que davam pouco ou nenhuma importância ao papel da razão (KOYRÉ, 2011e). Portanto, entre os modernos, ainda houve muita luta para que se instituisse o racionalismo científico e filosófico, seja ele exclusivamente cartesiano, seja ele de matriz particularmente platônica, como é o caso daquele que foi assumido pelo galileanismo.

⁹ Ou seja, do princípio segundo o qual a razão não só é absolutamente capaz de fundar e de permitir o conhecimento adequado e legítimo das coisas – independente ou dependentemente destas –, mas também é a única ou principal fonte válida e justificada para tal. Ao mesmo tempo, é a condição de possibilidade da experiência e da experimentação que por ela são, portanto, totalmente reguladas.

2011d, [1953], p. 169).

A respeito dessa geometrização que, em muitos aspectos, foi impulsionada pelo galileanismo científico, geometrização que fundamentalmente caracteriza uma parte do processo de *matematização* das ciências – da física, por exemplo –, Albert Einstein [1879-1955] faz considerações sobremaneira importantes e esclarecedoras na apresentação do consagrado livro de Max Jammer [1915-2010], *Os conceitos de espaço* (2010 [1954]). Diz Einstein (2010 [1954], p. 18) que

O conceito de espaço foi enriquecido e tornado mais complexo por Galileu e Newton, à medida que o espaço tem de ser instituído como a causa independente do comportamento inercial dos corpos, se quisermos dar um significado exato ao princípio clássico da inércia (e, a partir daí, à lei clássica do movimento).

E, mais adiante, afirma que

A vitória sobre o conceito de espaço absoluto, ou sobre o conceito de sistema inercial, só se tornou possível porque o conceito de objeto material foi paulatinamente substituído, como conceito fundamental da física, pelo de campo. Sob a influência das ideias de Faraday e Maxwell, desenvolveu-se a concepção de que talvez a totalidade da realidade física pudesse ser representada como um campo cujos componentes dependem de quatro parâmetros de espaço-tempo (EINSTEIN, 2010 [1954], p. 19)

Portanto, podemos entender que o galileanismo inaugura, com os seus fundamentos, um percurso epistemológico que, por conta, por exemplo, dessa matematização, concebe os fenômenos em termos abstratamente matemáticos, sob etiquetas tais como *grandeza, proporção, probabilidade* etc. E, se partirmos do que é discutido por Bouquet (2000 [1997]), temos que dar validade ao fato de que a matematização instituída e proclamada pela tradição galileana se caracteriza, conseqüentemente, por ser uma tendência que busca determinar o seu conhecimento por meio de uma descrição fundamentada sobre o critério da *literalização*, ou seja, sobre o critério que pugna a necessidade de que o conhecimento produzido deva ser grafado e descrito por um certo número de caracteres exclusivamente criados para a sua notação. Por sua vez, essa episteme literalizada, enquanto um conhecimento submetido a uma codificação, deve ser enquadrada também pelo critério da *formalização*, o que significa que é necessária a instituição de *formas de regência e de organização* capazes de determinar e de especificar a configuração da lógica que preside as relações entre as partes do conhecimento colocado sob aquela letra descritiva, ou seja, do conhecimento literalizado¹⁰. Todas essas concepções derivam tanto do modelo epistemológico

¹⁰ Bouquet (2000 [1997]) retomou, reformulando-as, as definições e as descrições desses aspectos ou critérios do galileanismo do trabalho de Milner (2021 [1989]). Este último, como superficialmente mencionamos, dedicou-se a fazer uma epistemologia da linguística chomskyana e do gerativismo de modo geral, enquanto aquele primeiro preocupou-se em fazer uma análise (talvez uma das melhores e mais consistentes) da linguística autoral de Saussure.

desenvolvido pela reflexão de Galileu, quanto, mais particularmente, da racionalidade fortemente platônica que subsidiou a sua prática analítica e teórica na física a partir da matemática

É a isso que se dá genericamente, logo, o nome de matematização do conhecimento e da física, processo que caracteriza sobretudo o empreendimento científico da modernidade. Tal fundamento se reflete, por exemplo, no modo de Galileu “[...] tratar a mecânica como um ramo das matemáticas, isto é, de substituir o mundo real da experiência quotidiana por um mundo geométrico hipostasiado, e de explicar o real pelo impossível” (KOYRÉ, 2011c [1955], p. 200). Essas características epistemológicas do galileanismo foram as que basicamente modelaram a nossa concepção geral de ciência, ao ponto de Milner (2021 [1989]), por exemplo, asseverar categoricamente que ciência e galileanismo, no contexto das suas considerações, são equivalentes: “por ciência, entenderemos aqui uma configuração discursiva que foi moldada com Galileu e não parou de funcionar desde então” (MILNER, 2021 [1989], p. 27).

Essas características apontam para a questão nuclear de toda a discussão que aqui propomos, porquanto se esbarram no aspecto platonicamente racionalista do galileanismo, aquele que é responsável por fundamentar, em grande medida, as formas modernas do apriorismo, do dedutivismo e, assim, de um tipo de sistematismo teórico concebidos como imprescindíveis para toda e qualquer teoria que se queira geral e universalmente plausível e válida, especialmente quando se trata do galileanismo. Esse racionalismo, sustentado pelo retorno galileano ao platonismo (KOYRÉ, 2011d [1953]), é significativamente evidente pela autonomia dada por Galileu à razão enquanto a fonte de todo o conhecimento e ao *pensamento* em relação à experiência – principalmente daquela definição de experiência que era preconizada e defendida pela experimentação do realismo aristotélico e que encontrava no *indutivismo* uma das suas máximas expressões metodológicas. Nesse viés, temos que “[...] é o pensamento, o pensamento puro e sem mistura, e não a experiência e a percepção dos sentidos, que constitui a base da ‘nova ciência’ de Galileu Galilei” (KOYRÉ, 2011c [1955], p. 211). Também exemplar do modelo epistemológico do galileanismo é a menção, acompanhada de uma explicitação de um caso em que se envolveu Galileu, feita por Koyré (2011c [1955], p. 211-212, grifos do original):

Galileu o diz muito claramente. Assim, discutindo o famoso exemplo da bala que cai do alto do mastro de um navio em movimento, Galileu explica longamente o princípio da relatividade física do movimento, a diferença entre o movimento do corpo em relação à Terra e seu movimento em relação ao navio. A seguir, *sem fazer qualquer menção à experiência*, conclui que o movimento da bala em relação ao navio não muda com o movimento deste último. Ademais, quando seu adversário aristotélico, imbuído de espírito empírico, lhe faz a pergunta: “Fizeste uma experiência?”, Galileu declara com orgulho: “Não, e não preciso de fazê-la, e posso afirmar, sem qualquer experiência, que é assim, porque não pode ser de outra forma”¹¹.

¹¹ Kuhn (2011 [1976]) também dá testemunho dessa posição tomada por Galileu. Ele diz: “[...] a atitude dominante de Galileu em relação a esse aspecto [experimentalismo] da ciência permanece

A posição que Galileu assumiu nesse debate acaba por ser evidentemente representativa da sua assunção epistemológica do princípio da razão fundante e reguladora que embasa a concepção de que uma teoria que se queira geral e universalmente válida, com o conjunto das suas hipóteses e das suas leis, deva ser, antes de mais nada, aprioristicamente instituída, caso deseje não se engastar no problema de limitar-se a fazer afirmações baseadas unicamente em sínteses e em generalizações a partir de procedimentos indutivos – da análise do fato particular, à determinação de leis e regras gerais que se pretendam universais por meio de sínteses indutivas¹². Em suma, para o galileanismo, a *teoria deve ser precedentemente concebida e pensada, de maneira apriorística e independente, em relação ao fato particular*. Como diz Koyré (2011c [1955], p. 212, grifos do original), para Galileu, “a boa física é feita a priori”.

É por isso que, na física galileana, o espaço real e concreto, por exemplo, foi substituído pelo espaço geométrico euclidiano, pois este fora visto por Galileu como mais do que racionalmente suficiente para que os princípios, as ideias e os conceitos da sua ciência conseguissem ser teoricamente concebidos e pudessem ser aplicáveis dedutivamente, a partir de então, à descrição e à compreensão dos fatos e dos fenômenos correspondentes, e isso somente mediante o uso da razão, que é capaz de conceber um sistema teórico não limitado pela particularidade apreendida pela experiência e pela indução. Esse mesmo pressuposto é o que, em toda a sua dimensão, circunscreve a matematização do conhecimento, que deve ser baseada tanto na literalização, quanto na formalização a que se refere Bouquet (2000 [1997]). Assim proposto o galileano, está consequentemente fundado o princípio que norteia a abdicação da *qualitatividade* da realidade em nome do *abstracionismo numérico* que permite a sua quantificação e a sua mensuração:

É certo que não há qualidade no reino dos números, e é por isso que Galileu – como Descartes – é obrigado a renunciar a ela, renunciar ao mundo qualitativo da percepção sensível e da experiência cotidiana, e a substituí-lo pelo mundo abstrato e incolor de Arquimedes (KOYRÉ, 2011c [1955], p. 212-213).

Portanto, estamos diante de um modelo epistemológico que prescreve que a teoria, com as suas hipóteses e as suas leis que se pretendam gerais, deva ser *incondicionalmente* um certo tipo de *sistema apriorístico e formalmente concebido*, cujo conteúdo epistêmico – ou seja, conteúdo de conhecimento – pode carecer de condução dedutiva, se preciso for, à experimentação, isto é, à análise e à explicação de um fato ou de um fenômeno. E a racionalidade existente no pensamento galileano, que o fundamenta e o justifica ao mesmo tempo que é por ele legitimada,

no âmbito da forma clássica. Em certas ocasiões, proclamou que o poder de sua mente tornava desnecessária a realização dos experimentos que descrevia” (KUHN, 2011 [1976], p. 73).

¹² Adiantamos que esse é, inclusive, um dos pontos mais considerados por Hjelmslev (2013 [1953]) para criticar a tradição linguística novecentista. O linguista dinamarquês via no indutivismo empirista dos métodos do filologismo e do comparatismo, que se dedicavam principalmente a analisar as particularidades de línguas específicas e que, a seguir, buscavam sintetizar os resultados obtidos e generalizar o conhecimento a partir daí produzido, o motivo principal para que a linguística ali praticada não pudesse ter alcançado o estatuto de uma disciplina científica geral.

é de natureza rigorosamente platônica e racionalista, uma vez que a episteme científica – ou seja, o conhecimento científico – que essa teoria produziu quer-se verdadeira e válida em seus objetivos de um ponto de vista não realista, mas apenas da perspectiva da razão fundante e reguladora, isto é, da razão que funda e regula a ação da prática científica, sem evocar qualquer forma de indução.

O que vemos, assim, é o galileanismo como um paradigma que tem um modelo epistemológico que não recorre à racionalidade aristotelicamente realista, que se quer verdadeiro sem a necessidade de reclamar para si uma posição epistemológica capaz de somente se sustentar e de tentar justificar o seu conhecimento a partir de um *clamor à realidade empírica das coisas*. É um modelo, portanto, que se vê desobrigado de manter com *o real em si mesmo* uma relação que não seja, através da razão, arbitrária e independente, que não se sente restrito por um indutivismo que, tal como é ali compreendido, impossibilita a concepção de leis e de princípios gerais e universais à ciência, sobretudo no que se refere à determinação das condições de possibilidade da episteme científica que busca embasar e circunscrever. Ademais, é também característico do galileanismo científico, como marca metodológica da racionalidade que fundamenta e justifica o seu modelo epistemológico, o princípio da adequação do conhecimento pela experimentação. Essa adequação é apenas possível, contudo, por meio de um método precípua ou unicamente *hipotético-dedutivo*¹³ (KOYRÉ, 2011c [1955]).

Inclusive, esse método foi assumido e parcialmente reformulado, no século XX, por exemplo, por Popper (2013 [1953], grifos do original), que o chama, no sistema teórico que propugna contra o indutivismo lógico, de “[...] *método dedutivo de prova*, ou de concepção segundo a qual uma hipótese só admite prova empírica – e tão somente *após* haver sido formulada”¹⁴. Essa denominação, além de

¹³ Um exemplo extremo de conhecimento independente, arbitrário e apriorístico é o caso daquele que é produzido pela matemática. Ninguém, em sua sã consciência, afirmaria que o conhecimento matemático é derivado de uma síntese e de uma generalização a partir da indução. Não se analisam números e relações matematicamente lógicas na realidade, mas, sim, analisam-se fenômenos da realidade a partir desse conhecimento matemático. A matemática, nesse sentido, é, parafraseando Hjelmslev (2013 [1953]), um *sistema de conteúdos exclusivamente formais*. A física, quando se torna uma física matematizada com Galileu (MILNER, 2021 [1989]), passa a coordenar-se pelo mesmo princípio. O espaço geométrico de Euclides não é o espaço real em que nos articulamos e em que operamos as nossas atividades cotidianas. É, antes, um espaço abstrato, concebido sem qualquer referência direta às configurações espaciais particulares. No entanto, como apontamos, esse espaço euclidiano foi condição para que Galileu pensasse teoricamente uma série de fenômenos físicos e, assim, conseguisse conceder-lhes uma explicação. Isso só lhe foi possível porque se dedicou a gerar hipóteses segundo uma teoria aprioristicamente pensada, hipóteses essas que buscavam se tornar adequadas à experiência através do uso de um método exclusivamente dedutivo. É nesse sentido que a teoria, não só precede os fatos (KOYRÉ, 2011c [1955]), mas *age* dedutivamente sobre eles procurando se adequar, mesmo sendo arbitrária e relativamente independente em relação a eles.

¹⁴ É o arquétipo metodológico que melhor, talvez, caracterize o método da glossemática, como buscaremos mostrar. Hipoteticamente, Popper pode ter sido uma das figuras mediadoras entre Hjelmslev e a tradição galileana no que se refere aos aspectos epistemológicos da teoria linguística do dinamarquês. E isso é tão possível quanto é certa a filiação criticamente teórica – tanto epistêmica, como epistemológica – que Hjelmslev manteve, por exemplo, com o *positivismo lógico* de Rudolf Carnap [1891-1970], como indica Bonfim (2020). Popper, atento à filosofia da sua época, dedicou-se a discutir acuradamente a teoria de Carnap em suas obras, polemizando com ele a respeito, por exemplo, do *problema da demarcação* e criticando parte das soluções que Carnap propusera – sobretudo em *Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento* (2013 [1979]), livro que reúne textos em que trabalhou Popper durante um longo período. Além do mais,

recuperar e especificar ainda mais a característica do método assumido pelo galileanismo, acertadamente engloba o perfil do procedimento metódico a que recorre a glossemática hjelmsleviana, como apresentaremos. Assim definido, temos que a experimentação se trata não só de uma decorrência regulada pela aplicação dedutiva da hipótese, mas de uma construção fundamentada pela própria teoria que postula as predições. Nesse sentido, “a experimentação consiste em interrogar metodicamente a natureza. Essa interrogação pressupõe e implica uma *linguagem* na qual se formulam as perguntas, como um dicionário nos permite ler e interpretar as respostas” (KOYRÉ, 2011d, p. 168, grifo do original). É por isso que temos que admitir que, nesse jogo aí instituído, *a mente constrói a experiência científica* (REALE; ANTISERI, 2004). Logo, o método galileano procura se fundar e se justificar arbitrariamente e aprioristicamente na teoria, para, daí, poder articular a experimentação que,

[...] portanto, é experimento científico. E, no experimento, a mente não é de modo nenhum passiva. Ao contrário, a mente é ativa: faz suposições, extrai rigorosamente suas consequências e depois vai comprovar se elas se dão ou não na realidade. A mente não sofre uma experiência científica: ela a *faz*, projetando-a. E a efetua para ver se uma experiência sua é verdadeira ou falsa (REALE; ANTISERI, 2004, p. 2018, grifo do original).

Resumidamente definido o galileanismo, passaremos a especificar, a seguir, como o programa científico da glossemática pode definir-se como eminentemente galileano, o que se equivale a afirmar que a sua constituição epistêmica – ou seja, o conhecimento científico produzido por essa teoria – e a forma epistemológica que a subsidia se fundamentam tanto no modelo científico, quanto na racionalidade teórica do galileanismo científico.

A explanação inicial de uma tese: a glossemática de Hjelmslev como uma linguística galileana

Em *PTL* (2013 [1953]), está manifesta a peremptória vontade hjelmsleviana de fazer com que o fenômeno da linguagem passe a ser visto, analisado e abordado imperativamente como um *fin* em *si mesmo*. Ao mesmo tempo que busca lançar as bases metodológicas da sua teoria linguística e em que delimita todo um conjunto de critérios lógicos, epistemologicamente orientados, para que se mantenha a sua glossemática¹⁵ nos trilhos da cientificidade e da racionalidade ali prescritas e

tanto Carnap quanto Popper debateram as teorias de filósofos em comum, como a de Gottlob Frege [1848-1925], e mantiveram um conjunto relativamente parecido de interesses filosóficos. É bem provável que, assim como leu Carnap – “[...] a quem Hjelmslev chama de professor em alguns artigos [...]” (BONFIM, 2020, p. 3) –, o linguista dinamarquês tenha-se dedicado, em algum grau, ao conhecimento da teoria popperiana ou, até mesmo, à leitura de uma ou outra obra de Popper, um dos mais importantes filósofos da ciência do século XX.

¹⁵ Temos que salientar que a glossemática, por mais que tenha em Hjelmslev o seu maior expoente, foi uma proposta conjunta. Muitos linguistas da Escola de Copenhague não só se filiaram a essa perspectiva, como também colaboraram para que teórica e metodologicamente ela se constituísse. Um dos nomes que nessa empreitada ajudaram é o do linguista Hans Jørgen Uldall [1907-1957]. É inegável, porém, que a contribuição hjelmsleviana foi não só a primeira entre todas, como também

ardorosamente defendidas, Hjelmslev critica as tradições linguísticas em que a linguagem, ou é sempre ou majoritariamente colocada e adotada como um *meio* para outros fins, como nas tendências psicológicas e lógicas, ou é teorizada a partir de um ponto de vista unicamente indutivo, caso do filologismo e da maior parte do comparatismo novecentistas. Desde o início da sua obra, o linguista dinamarquês, logo, parece estar demasiadamente consciente do significado epistemológico da sua atividade científica, cujos reflexos se encontram na totalidade da teoria que ali estipula.

A crítica ao problema do indutivismo na ciência da linguagem que é aí inicialmente elaborada por Hjelmslev (2013 [1953]) acaba por tornar-se uma insígnia da assunção epistemológica que procurou o linguista praticar. Tal como ali apresenta Hjelmslev (2013 [1953]), o indutivismo tratar-se-ia de um problema para a linguística que se queira uma ciência geral especialmente porque a impossibilitaria criar uma teoria da linguagem capaz de ser, de maneira efetiva, universalmente válida, uma vez que esse *indutivismo linguístico* se restringiria, por seus aspectos epistemológicos sobretudo, à elaboração de conceitos, de ideias e de princípios baseado apenas nas particularidades analisadas em cada língua e generalizadas por meio de sínteses, sem que se atentasse para essas incorrências e esses problemas. Com relação especificamente à sua perspectiva, Hjelmslev (2013 [1953], p. 3, grifos do original) é categórico logo no início do seu livro:

A fim de construir uma linguística deve-se proceder de outro modo. Esta não deve ser nem uma simples ciência auxiliar, nem uma ciência derivada. Essa linguística deve procurar apreender a linguagem não como um conglomerado de fatos não linguísticos (físicos, fisiológicos, lógicos, sociológicos), mas sim como um todo que se basta a si mesmo, uma estrutura *sui generis*. É so deste modo que a língua enquanto tal poderá ser submetida a um tratamento científico e deixar de nos mistificar ao escapar a nossa observação¹⁶.

Opostamente às tendências indutivistas da linguística novecentista, a glossemática hjelmsleviana é então concebida e organizada como uma *teoria geral*

a mais consistente do ponto de vista de fundamentação geral da glossemática, principalmente por ter sido um linguista demasiadamente consciente da sua prática teórica, com uma aguda consciência epistemológica.

¹⁶ Que na vontade do linguista dinamarquês pareçam reverberar-se fortemente os ecos do saussureanismo linguístico, de fato não o podemos negar. Do mesmo modo como aqui escutamos a voz de Saussure, outros também já a ouviram. Milner (2021 [1989], p. 44), aliás, chega a afirmar que “afora o grupo de Hjelmslev, os principais linguistas nunca haviam seguido de maneira constante o euclidianismo invocado pela escola saussureana”. Que também a glossemática seja herdeira do saussureanismo, parece não haver dúvidas. Hjelmslev (2013 [1953]) reclama para si muito do que fora proposto ou epistêmica e epistemologicamente sistematizado por Saussure (2021 [1916]), como, a título de exemplo, a ideia da *dupla articulação da linguagem*, o par conceitual formado por *forma* e *substância* (HJELMSLE, 1973 [1939]), a concepção de que a língua é *um sistema de signos* em que ocorrem as relações *associativas* e *paradigmáticas* etc. E o próprio Hjelmslev (2013 [1953], p. 5) reconheceu o linguista genebrino como o “[...] único teórico que merece ser citado como pioneiro indiscutível: o suíço Ferdinand de Saussure”. Se o saussureanismo pode ser, de fato, o antecessor epistemológico da glossemática hjelmsleviana, trata-se de outra questão a ser futuramente analisada.

da linguagem, cujo fim teórico é a análise do fenômeno linguístico a partir de um conjunto de pressupostos e de teorizações instituídos de maneira *a priori*, enquanto um fenômeno que é postulado como intrinsecamente formal, que deve ser analisado, descrito e explicado, assim, em sua *estrutura* e em sua *função* (HJELMSLEV, 2013 [1953]). De acordo com o próprio dinamarquês, “uma teoria deve ser geral, no sentido em que ela deve pôr à nossa disposição um instrumento que nos permita reconhecer não apenas um dado objeto ou objetos já submetidos a nossa experiência como também todos os objetos possíveis da mesma natureza suposta” (HJELMSLEV, 2013 [1953], p. 19), Mas, sendo assim planejada e fundamentada a glossemática, Hjelmslev (2013 [1953], p. 3-4, grifo nosso) diz que, além de propor-se invariavelmente como uma teoria geral, que se pretenda universal e, logo, capaz de permitir a análise e a descrição de toda e qualquer língua,

Os resultados desta nova linguística permitiriam, entre outros, estabelecer uma base homogênea de comparação das línguas ao fazer desaparecer o particularismo na criação de conceitos (particularismo este que é o principal escolho da filologia) e apenas esta base é que tornará possível uma linguística genética *racional*.

Tal como aí é proposta, a glossemática se trata de uma linguística, portanto, que objetiva ser *racional*, aos moldes de uma ciência galileana – e aí está uma evidente marca da racionalidade do galileanismo na teoria hjelmsleviana –, e isso basicamente significa que ela se quer também não indutivista, ou seja, que não se deseja condenada a ser uma linguística cujos conceitos e cujas ideias são parcial ou exclusivamente formulados por meio de sínteses indutivas e de generalizações de particularidades, uma linguística que esteja presa, por conseguinte, ao método indutivo tão característico do filologismo e de parte do comparatismo, questão sobre a qual Hjelmslev muito debateu em suas obras. Entretanto, nessa afirmação do linguista dinamarquês, escondem-se também alguns outros indícios bastante significativos que nos revelam tanto o modelo epistemológico galileano, quanto a racionalidade teórica do galileanismo científico em que se sustenta.

Como anteriormente citamos, Hjelmslev (2013 [1953]) pretende conceber e fundamentar a sua teoria da linguagem como um sistema de premissas exclusivamente formais, que deve levar em consideração não unicamente “[...] as flutuações e as mudanças da fala” (HJELMSLEV, 2013 [1953], p. 7), mas principalmente deve preocupar-se em “[...] procurar uma *constância* que não esteja enraizada numa ‘realidade’ extralinguística; uma constância que faça com que toda língua seja linguagem, seja qual for a língua, e que uma determinada língua permaneça idêntica a si mesma através de suas manifestações diversas” (HJELMSLEV, 2013 [1953], p. 7, grifo do original). Nessa passagem, dois pontos precisam ser destacados. O primeiro é o que diz respeito ao fato de que a glossemática, como muito bem Camara Jr. (2021 [1975]) esclarece, é o *estudo da forma*. E é justamente o caráter formal das línguas, na concepção hjelmsleviana, o que determina a sua constância – bem como é o que marca a especificidade de uma língua enquanto linguagem e em comparação com outras, sobretudo em seus *aspectos expressivos* (fonológicos, digamos). Para Camara Jr. (2021 [1975]), aí se

encontra sinteticamente enunciado o clássico projeto das gramáticas filosóficas que deram corpo, na esfera dos estudos linguísticos (da linguagem), a fundamentos racionalistas¹⁷: “a ideia inicial de Hjelmslev, tal como a de Sechehaye e Brøndal, era elaborar uma gramática geral, construída dedutivamente, que pudesse executar, em nova base científica, o desejo da gramática filosófica do século XVII” (CAMARA JR., 2021 [1975], p. 244).

O segundo ponto, como aqui hipoteticamente professamos, refere-se ao fato de que a constância formal a que deve almejar a análise glossemática precisa se coordenar pelo primado galileanamente epistemológico segundo o qual uma *teoria precede o fato*, caso queira se abdicar de uma perspectiva teórica que se prenda exclusiva ou exacerbadamente às flutuações e às mudanças da fala. Nesse viés, a linguagem, aí posta como um fato ou um fenômeno determinado e definido previamente por uma teoria arbitrária, apriorística e independente, deve ser abordada e descrita mediante o uso do sistema de premissas exclusivamente formais a que se refere Hjelmslev (2013 [1953]). Tal como o espaço geométrico de Galileu não se coincide com o real, o que há aqui é uma língua enquanto sistema de formas que não se equivale unicamente à sua realidade empírica de *substância*, por mais que chegue a incorporá-la. Não à toa que Hjelmslev (2013 [1953], p. 8, grifos do original), na sequência, assevera que “[...] parece legítimo propor *a priori* a hipótese de que a todo *processo* corresponde um *sistema*¹⁸ que permite analisá-lo e descrevê-lo através de um número restrito de premissas”.

O processo, para o linguista dinamarquês, é o *texto*, que é uma determinada forma de realização do sistema, ou seja, da língua concebida como um *conjunto sistematicamente organizado de formas* que contraem, entre si, determinadas *funções* (HJELMSLEV, 2013 [1953]). No caso da proposta aí delineada, o processo se apresenta como totalmente dependente do sistema e a ele, por tal razão, deve submeter-se epistemicamente. Ora, se o processo, enquanto a definição da unidade empírica de análise – isto é, um *texto particular* como o fenômeno que permite a experimentação do que previamente fora estabelecido de maneira teórica –, deve ser conduzido à análise apenas tendo em vista a sua submissão epistêmica e metodológica a um conceito de língua enquanto um sistema funcional de formas, concebido de modo aprioristicamente teórico – segundo um conjunto de premissas formais, portanto –, temos aqui que a teoria (a concepção de língua e o conceito de processo) não só precede o fato (um texto particular compreendido como objeto de análise), mas determina-o tanto epistemologicamente em sua realidade cognoscível – como se fosse o conceito de sistema também o motivador epistêmico do conceito de processo e, ao mesmo tempo, um critério determinante da sua validade epistemológica no plano sistemático da teoria glossemática –, quanto na maneira epistêmica como deve ser o texto (o processo) pensado e analisado.

A análise de um texto a partir unicamente de um conceito de processo submetido epistemicamente a um conceito de sistema, instituídos ambos em

¹⁷ Tal é, por exemplo, o empreendimento de um dos mais famigerados textos desse período: a gramática de Antoine Arnauld [1612-1694] e de Claude Lancelot [1615-1695], mais conhecida como *Gramática de Port-Royal* (2001 [1660]). De todas as obras representativas do racionalismo linguístico, essa talvez seja a mais expressiva entre todas, além das reflexões leibnizianas.

¹⁸ Neste momento, Hjelmslev se refere à sistema no sentido saussureano desse termo, isto é, no sentido de *língua enquanto um sistema* (SAUSSURE, 2021 [1916]).

proposições de modo *arbitrariamente* teórico e, portanto, de forma independente e apriorística do fato a ser analisado (um texto), de tal forma que a definição de um texto seja a de que se trata de um processo (conceito) derivado de um sistema (conceito) e, portanto, de uma concepção teoricamente determinada segundo a epistemologia galileana que orienta a totalidade dessa teoria, embasa-se no mesmo princípio pelo qual se guiou Galileu ao buscar sistematizar e *racionalizar* a física até então aristotelicamente realista. Como antes mostramos, na glossemática, as flutuações e as mudanças, características dos fenômenos linguísticos se analisados de maneira majoritária ou exclusivamente empírica, devem ser epistemicamente suplantadas pela ideia abstratamente teórica da constância enquanto uma das características epistêmicas definidoras do conceito de forma, que pressupõe que a linguagem, em seu caráter formal, seja, portanto, *idêntica a si mesma* (HJELMSLEV, 2013 [1953]).

É assim que, na glossemática, a língua é entendida, portanto, nos termos cientificamente epistêmicos de um sistema formal de funções, sendo o texto definido como o processo que realiza esse sistema, concepções aprioristicamente construídas. Não à toa, é assumida pelo linguista dinamarquês a ideia saussureana de que “[...] a língua é uma forma e não uma substância” (SAUSSURE, 2021 [1916], p. 179, grifos do original)¹⁹, dado que a maior parte das flutuações se referem a tipos de variações ou de modificações que não chegam sequer a afetar a identidade ou a constância da forma. Assim, como é dito por Hjelmslev (2013 [1953]) em relação à sua glossemática: “o objetivo da teoria da linguagem é verificar a tese da existência de um sistema subjacente ao processo, e a tese de uma constância que subentende as flutuações, e aplicar esse sistema a um objeto que apreze prestar-se a isso de modo particular” (HJELMSLEV, 2013 [1953], p. 9).

Esse fundamento, refletido nas proposições da teoria hjelmsleviana, é intrinsecamente galileano, e já se encontrava renunciado relativamente no texto *Forme et substance linguistique* (HJELMSLEV, 1973 [1939]), em que Hjelmslev, ancorando-se mais do que nunca em Saussure, afirma que a *comutação* é “[...] um teste puramente funcional e independente de uma substância particular; decorre-se daí que as unidades obtidas por meio desse teste não devem ser definidas por critérios de substância, mas por critérios de função [...]” (HJELMESLE, 1973 [1939], p. 99, tradução nossa, grifos nossos)²⁰. Em seguida, diz que “[...] a substância não é senão reconhecida através de uma forma” (HJELMSLEV, 1973 [1939], p. 100)²¹.

¹⁹ Essa proposição da linguística saussureana é explicitamente retomada por Hjelmslev na página 55 de *PTL* (2013 [1953]). No entanto, essa ideia é levada em consideração pelo dinamarquês em um outro texto seu, de 1939, chamado *Forme et substance linguistique* (HJELMSLEV, 1973 [1939]) – *Forma e substancia linguística* –, tal como mostraremos a seguir. Para mais esclarecimentos, cf. Castro Dias, Villarta-Neder e Ferreira (2023).

²⁰ No original: “[...] une épreuve purement fonctionnelle et indépendante de la substance particulière; il s’ensuit que les unités dégagées au moyen de cette épreuve ne sont pas à définir par des critères de substance mais par de critères fonctionnels [...]” (HJELMESLE, 1973 [1939], p. 99). Os conceitos de forma e substância com os quais opera Hjelmslev em sua glossemática tem por fundamento inalienável a discussão proposta por Saussure. Todavia, o linguista dinamarquês, em muitos aspectos, exacerbou determinados aspectos formalmente teóricos que caracterizam esse par conceitual. No mais, é uma diferenciação que muito serviu para que Hjelmslev (2013 [1953]) discutisse as relação entre o *plano da expressão* e o *plano do conteúdo*.

²¹ No original: “[...] la substance ne se reconnaît qu’a travers une forme” (HJELMSLEV, 1973 [1939], p. 100).

Ora, no que é aí apresentado, nada nos parece ser mais exemplarmente galileano, na linguística – a não ser uma parte substancial da reflexão saussureana, segundo o que é afirmado por Bouquet (2000 [1997]), e outra do núcleo central da linguística chomskyana, como é apontado por Milner (2021 [1989]) – do que a base epistemológica subjacente ao que é então explicitamente assumido pelo linguista dinamarquês para estruturar a sua definição do conceito de forma.

No que se refere, à sua definição epistêmica de tal conceito, a perspectiva linguística hjelmsleviana é galileana por justamente presumir que a *forma linguística* se trata, como apresentada pelas citações acima, de um conceito formulado de modo teoricamente apriorístico e arbitrário, independentemente da substância (fato empírico conceituado). Podemos dizer que esta última acaba não se manifestando, de fato, como epistemologicamente motivadora do pensamento que afirma a existência epistêmica da forma, o que faz com que esta, enquanto hipótese ou predição, se necessitar ser validada, sê-lo-á assertivamente por meios dedutivos, já que a forma não é concebida indutivamente por síntese e generalização. Como decorrência, temos que a substância, aí admitida como um fato empírico (mesmo sendo conceitualmente definida), caracteriza-se pela ausência de capacidade teórica de determinar a postulação epistêmica e a validade epistemológica da forma simplesmente por: a) ter uma definição epistêmica que defende que ela tenha uma natureza empiricamente flutuante e mutável, característica que contradiz a própria definição teoricamente epistêmica do conceito de forma (esta enquanto aquilo, aliás, que compõe a constância da linguagem); e b) não ter, por assim ser epistemicamente definida, uma validade epistemológica que possam ser, portanto, apodicticamente afirmativa e geradora do valor de verdade do conceito de forma²².

Em outros termos, podemos pensar que, como precedentemente é admitida que a substância, conceitualizada ao ponto de ser considerada dotada de uma realidade exclusivamente empírica que é oposta àquela que é assumida na definição epistêmica de forma – um fenômeno constante –, trata-se de um aspecto não epistemologicamente determinante do conhecimento que afirma *o que é o fenômeno linguístico* aí considerado. Se a definição do conceito de substância é assumida como uma realidade empírica acidental, flutuante e variável, insuficiente, por si mesma, para determinar e assegurar, de maneira intrinsecamente epistemológica, a existência e a validade do conceito de forma (invariável, estável etc.), sem uma importância efetiva, portanto, para a instauração do postulado aprioristicamente de que a forma é essencial e necessariamente, em sua totalidade epistêmica, a definição do fenômeno linguístico por excelência da glossemática,

²² Queremos destacar que o conceito de substância com o qual Hjelmslev opera em sua teoria tem duas significações epistêmicas básicas, ambas decorrentes da tradição saussureana. A primeira é aquela que diz que a substância é o *imenso espectro amorfo de que é derivada uma forma* (SAUSSURE, 2021 [1916]). A segunda, ligada propriamente ao componente sonoro das línguas, refere-se à substância como o *substrato fônico* em que se realiza uma determinada forma. Essa segunda significação epistêmica é resumida pelo conceito de *substância da expressão*, cujo par correlato, na teoria hjelmsleviana, é a ideia manifesta no conceito de *forma da expressão* (HJELMSLEV, 2013 [1953]). A face epistemicamente oposta e complementar desse par é outro, formado por *substância do conteúdo* e *forma do conteúdo*. Em grande medida, o que é aí proposto pelo linguista dinamarquês é, segundo a nossa compreensão, uma sistematização do que postulava Saussure. Para mais esclarecimentos, cf. Hjelmslev (2013 [1953]).

temos que é posto pela teoria que ali está proposta, em sua máxima expressão, o primado epistemológico galileano do apriorismo e da arbitrariedade da teoria, já que a forma, teoricamente afirmada e à qual é dada uma validade epistemológica sem que haja a recorrência ao argumento que fragilmente se ancora na empiricidade da substância (mesmo conceitualizada), passa a integrar e a ser a própria *realidade racional* do fenômeno linguístico em questão.

Nesse sentido, parece-nos que o conceito de forma, como aí apresentamos, tende a transcender a margem teórica da afirmação hipotética – ou seja, quase deixa de ser uma predição – para tornar-se *hipostasiado* no plano epistêmico da teoria hjelmsleviana, como se fosse, portanto, capaz de definir a totalidade do fenômeno que pode ser chamado de efetivamente linguístico, aquele que, *de fato e de direito*, deve ser analisado, descrito e explicado como o mais expressivo fenômeno da glossemática, pois é o único que é definido epistemicamente e validado epistemologicamente para atender às necessidades e às finalidades da teoria ali perpetrada – entre as quais, por exemplo, estaria a da determinação do fenômeno da constância da linguagem. Por mais que o equívoco interpretativo possa levar determinados intérpretes dessas ideias à compreensão de que a forma pareça tentar ganhar, ali, o estatuto de realidade empírica – o que, todavia, é plausível conceder ao fenômeno que esse conceito busca definir (a constância linguística) –, devemos entender que, contrariamente a isso que possam alguns pensar, a forma é um conceito e, portanto, se é dotada de uma realidade, só pode ser de uma realidade que não é senão fundamental e unicamente teórica, o que marca a diferença entre o conceito e o fenômeno que procura delimitar, definir e especificar.

Tal como aí se propõe o conceito hjelmsleviano, a realidade da forma, por conseguinte, é uma *realidade racional*, cujo valor de verdade é assegurado por um racionalismo linguístico e por uma teoria aprioristicamente concebida e arbitrária que a coloca como um conceito plausível de definir o fenômeno da constância linguística – aquele que é priorizado por Hjelmslev (2013 [1953]) – que, por sua vez, é capaz de suplantar as características (variação e mudança) que dominam a esfera empírica em que se manifesta o fenômeno linguístico em questão, de modo que, assim definido, o conceito de forma possa não só manter uma independência do de substância, mas a ele se sobrepor ao ser apresentado como a definição da totalidade da parte do fato que deveras deve interessar à perspectiva glossemática. E, enquanto uma postulação teórica, tal conceito é apenas *falsificável*, mas não verificável empiricamente. Por mais que o conceito de forma, portanto, tenha que se aplicar à empiria por meio de uma *referência semanticamente epistêmica* ao fato ou ao fenômeno, a sua realidade é, do ponto de vista epistemológico, sobretudo determinada teoricamente, justificada pelas relações epistêmicas que mantém no interior dessa teoria guiada pela racionalidade galileana, particularmente no modo como tenta se adequar ao fato por meio da experimentação.

Sem nos deixarmos enganar por uma visão simplista, somos obrigados a entender, logo, que qualquer tentativa de *empiricizar* a forma somente é passível de ser admitida se não nos atentarmos para o fato de que, na maneira como a linguística hjelmsleviana concebe as coisas teóricas que lhe concernem, a forma é um conceito epistemicamente definido e epistemologicamente fundamentado e justificado segundo um modelo e uma racionalidade galileanos – ou seja, é um

objeto de conhecimento efetivamente legitimado por essa tradição –, um conceito que busca dar conta, conseqüentemente, da realidade de um fato ou de um fenômeno por meio da adequação, construído por uma teoria aprioristicamente pensada, e não elaborado indutivamente por síntese e generalização. A posição hjelmsleviana a esse respeito é radical ao ponto de se manifestar contra, como brevemente indicamos, o procedimento indutivo na ciência da linguagem, visto pelo linguista dinamarquês como uma das causas dos erros praticados e legados pela linguística clássica (HJELMSLEV, 1973 [1939]; 2013 [1953]).

Mas não é somente no que se refere aos conceitos apresentados que a glossemática se caracteriza como galileana. O linguista dinamarquês recorre ao modelo galileano ao também se referir ao critério de justificação epistemológica dos postulados epistêmicos (isto é, das hipóteses) da sua teoria. Hjelmslev (2013 [1953]), assim, argumenta a favor do princípio epistemológico da adequação do conhecimento proposto e da sua validação por meio da dedução: “a teoria e os teoremas que dela são deduzidos permitem, por sua vez, elaborar hipóteses (entre as quais, as leis) cuja validação, contrariamente à da teoria, depende exclusivamente de sua verificação” (HJELMSLEV, 2013 [1953], p. 16). Vemos aí que é contra um realismo do tipo medieval de base aristotélica que reconhece que a sua teoria, por mais arbitrária e *a priori* que seja, necessita da empiria, contudo, para que as suas predições ou as suas hipóteses possam ser validadas: “em virtude do seu caráter arbitrário, a teoria é *a-realista*; em virtude de seu caráter adequado, ela é *realista* (atribuindo a este termo o seu sentido moderno e não, como mais acima, seu sentido medieval)” (HJELMSLEV, 2013 [1953], p. 17, grifos nossos).

Objetivamente, Hjelmslev (1973 [1939]; 2013 [1953]), sobretudo no que denuncia, portanto, em *PTL* (2013 [1953]), caracteriza-se como herdeiro do galileanismo, principalmente ao dizer, por exemplo, que o método da sua glossemática é duplamente articulado, justamente para atender às necessidades epistemológicas e metodológicas do que aí propõe. Ele é, sim, empírico, pois somente através da operação dos fatos ou dos fenômenos por meio da experimentação é que se torna possível atender o princípio da adequação, o que se encontra inteiramente de acordo com o postulado popperiano de que a hipótese só aceita prova empírica (POPPER, 2013 [1953]). Contudo, o método da sua teoria é, antes de qualquer coisa, absolutamente dedutivo – e aí, mais uma vez, está em concordância com Popper (2013 [1953]; 2013 [1979]) –, pois, além de fundamentar-se sobre um conjunto de premissas formais, que sustentam a sua teoria como arbitrária e independente de um fato ou de um fenômeno, ele é o meio de conduzir as hipóteses gerais e previamente construídas de maneira teórica e a teoria aprioristicamente formulada à experimentação, condição de possibilidade da sua validação dedutiva ou não²³.

Portanto, a glossemática aí aparece-nos como uma teoria constitutivamente galileana, ao mesmo tempo, pelo método que assume para si e pela maneira como encara o sistema teórico que procura construir, no sentido, logo, de tratar-se de

²³ Alguns poderão tentar ver aí certos pontos de contradição. Pois afirmamos que há nenhum. Um método ser empírico não significa que seja necessariamente indutivo, e é isso que prova a tradição galileana e, em particular, a reflexão filosófica popperiana. Essa associação é um erro comumente praticado. Ser empírico, nesse caso, significa necessitar adequar-se à experiência, sem deixar de partir do geral ao particular, da teoria ao fato ou ao fenômeno e de ser dedutivo por excelência.

uma teoria estruturada que se guia pelo primado estabelecido pelo galileanismo de que toda experimentação científica de um fato ou de um fenômeno – como nos casos anteriormente comentados e debatidos aqui – é metodologicamente uma experimentação guiada por uma teoria postulada *a priori*, instituída por uma reflexão relativamente independente do objeto estabelecido e salvaguardada do indutivismo lógico, o que significa, em termos hjelmslevianos, que a teoria é, assim defendida, arbitrária (HJELMSLEV, 2013 [1953], p. 16):

A teoria, em si mesma, não depende da experiência. Em si mesma, não há que indica que terá ou não aplicações relacionadas com os dados da experiência. Em si mesma, ela não implica nenhum postulado de existência²⁴. Ela constitui aquilo que se denomina de sistema dedutivo puro, no sentido em que é a teoria, e ela apenas, que, a partir de premissas por ela enunciadas, permite o cálculo das possibilidades que resultam destas premissas.

Desse modo, o método da teoria glossemática, antes mesmo de pretender-se empírico para atender a necessidade de atribuir valor de verdade ao que propusera de maneira aprioristicamente teórica, precisa ser intrinsecamente dedutivo, porquanto seja almejada, por ele, a validação determinativa de uma postulação da razão a respeito do fato ou do fenômeno em questão. É isso o que se apresenta aí como o princípio da adequação a que se refere Hjelmlev (2013 [1953]). Diferentemente do indutivismo, o dedutivismo galileano acolhido pelo linguista dinamarquês, segundo as suas próprias palavras, “é um movimento que analisa e especifica e não um movimento que sintetiza e generaliza, o contrário do empreendimento indutivo tal como o conhece a linguística tradicional” (HJELMSLEV, 2013 [1953], p. 14). Toda a experimentação é, dessa forma, um meio construído pela teoria justamente para poder permiti-la se validar, constituída e regulada, portanto, teoricamente, e o é por uma teoria aprioristicamente pensada e arbitrária em relação ao fato ou ao fenômeno. Como na física moderna de Galileu, aqui *a teoria precede o fato*²⁵ (KOYRÉ, 2011c [1955]). Assim, parafraseando Koyré

²⁴ Entenda-se a expressão *postulado de existência* como uma das exigências da racionalidade teórica do realismo aristotélico, cujo modelo epistemológico quer-se justificado exclusivamente, antes de tudo, pela realidade empírica das coisas ou pela concepção de que a empiria teria em si as únicas condições de determinação e de justificação epistemológicas do conhecimento. Aqui, mais do que em qualquer outra passagem, Hjelmlev revela-se não só um epistemólogo demasiadamente consciente, mas sobretudo um galileano de primeira ordem.

²⁵ Como relativamente prenunciamos, talvez caiba para o duplo método da glossemática o que Popper (2013 [1934]) diz sobre o método dedutivo. Nesse caso, é significativo o que postula o filósofo alemão que, ao discutir o problema do indutivismo e o da demarcação na teoria do conhecimento, renomeia o método que defende como *dedutivista-empirista* (POPPER, 2013 [1979]) – o método dedutivo de prova (POPPER, 2013 [1934]), como apontamos anteriormente. De acordo com Popper (2013 [1979], p. 10, grifos do original), “há apenas uma ligação entre as leis da natureza, as teorias e os enunciados factuais universais e as *proposições empíricas particulares* [...], a dedução lógica: *predições* são deduzidas com o auxílio da teoria e testadas pela experiência”. Nesse sentido, uma predição ou, nos termos que aqui até então usamos, uma hipótese, cuja formulação é aprioristicamente teórica e cujo método comprobatório exemplar é totalmente dedutivista, só pode ser *falsificável*, mas não verificável empiricamente (POPPER, 2013 [1979]), já que “[...] não podem ser fundamentados pela via indutiva, mas podem (pelo *modus tollens*) ser, a qualquer momento, definitivamente *refutados pela experiência*” (POPPER, 2013 [1979], p. 10).

(2011c [1955]), podemos dizer que, para Hjelmslev, a boa linguística é feita *a priori*.

Além dos pontos a que já nos referimos, gostaríamos de destacar que toda a glossemática, desde os seus primeiros conceitos e princípios e das suas primeiras ideias, caracteriza-se, de fato, como um sistema de premissas formais no mais elevado sentido galileano. Como vimos, ao determinar que a unidade de análise é o texto (processo) enquanto uma realização efetiva do sistema linguístico – logo, pressupondo um conceito de texto epistemicamente circunscrito e, por isso, definido pela sua posição subjacente a um conceito de língua como um *sistema formal em que as formas contraem determinados tipos de função umas com as outras* –, que um texto precisa ser analisado dedutivamente segundo um *método especificador* – partindo-se da *classe*, unidade superior de análise intrínseca, em direção ao *componente*, uma unidade inferior à classe etc. –, que toda descrição necessita fundamentar-se sobre o *princípio da não contradição* e que tenha que se subscrever a uma literalização e a uma formalização de tal modo que possibilite “[...] aquilo que se tem por hábito denominar reconhecimento ou compreensão do objeto em questão” (HJELMSLEV, 2013 [1953], p 19), o linguista dinamarquês acaba por inserir a sua glossemática no centro do galileanismo científico.

Mas o modelo e a racionalidade galileanos refletem-se também no *sistema de definições* da teoria linguística hjelmsleviana (HJELMSLEV, 2013 [1953]). Por decorrência lógica, esse sistema precisa organizar-se de tal maneira que não contradiga a racionalidade teórica e o modelo epistemológico que fundamentam a teoria de que faz parte. “Portanto, os conceitos que ela emprega devem ser definidos, e as definições propostas devem, por sua vez, tanto quanto possível, repousar sobre conceitos definidos”, afirma Hjelmslev (2013 [1953], p. 25). Tais definições devem fundamentar, segundo o que preconiza o dinamarquês, tanto a base epistemologicamente homogênea da sua teoria, quanto as diretrizes metodológicas gerais logicamente embasadas e coordenadas imprescindíveis para o uso adequado do *princípio de análise* e da *forma de análise* (HJELMSLEV, 2013 [1953]). É ao partir desses pontos aprioristicamente teóricos em relação a um fato ou a um fenômeno (um texto particular) que Hjelmslev coloca o texto como a unidade de análise da sua teoria, assim como propõe os modos como ele precisa ser *imperativamente* analisado enquanto um conjunto de *funções* entre unidades linguisticamente formais denominadas *funtivos*, que encontram no sistema linguístico a estrutura essencial para que sejam possíveis no processo.

Já na definição epistêmica das funções, alguns aspectos tanto a literalização, quanto a formalização, como marcas epistemológicas do galileanismo – da matematização preconizada pela física de Galileu, por exemplo –, parecem-nos ser mais evidentemente concretos. Três são os tipos de função, que aqui apresentamos apenas, por fim, à guisa de demonstração: a *interdependência*, a *determinação* e a *constelação* (HJELMSLEV, 2013 [1953]). A primeira é realizada entre dois *funtivos constantes*, isto é, entre duas unidades linguisticamente formais cuja relação funcional é recíproca e necessária. Sendo assim, para que haja a existência de B, é pressuposta a presença de A, e vice-versa. A segunda função é contraída entre um *funtivo constante* (isto é, necessário) e um *variável* (ou seja, que não é necessário). Se A é o constante e B é o variável, temos, logo, que A é pressuposto para que B seja possível, enquanto A não pressupõe necessariamente B. Já no terceiro tipo de

função, ambos os funtivos classificam-se como variáveis e, portanto, não são reciprocamente necessários um para o outro. Segue-se daí que, para a existência de A, B não é necessário, assim como, para a de B, A não o é. Assim claramente formulados os tipos de função, não nos restam dúvidas do quão galileana parece ser a teoria de Hjelmslev, particularmente no elevado nível grau de formalismo teórico que podemos interpretar como fator derivado da tradição a que se filia.

Considerações finais

Tivemos como objetivo principal deste artigo discutir teoricamente como o modelo epistemológico da glossemática hjelmsleviana é derivado do galileanismo científico, tanto em seu aspecto teórico e particularmente epistemológico, quanto em seu caráter metodológico, especialmente ao preceituar um método duplamente articulado, que deve ser sobretudo dedutivo, ainda que necessite de ser empírico. Antes de mais nada, temos que entender que o alto grau de rigor e de sistematicidade das teorizações de Hjelmslev são também um reflexo mais do que evidente de todo o seu esforço epistemológico para instituir uma linguística passível de ser compreendida como uma ciência rigorosa e racionalista, tal qual a física matematizada de Galileu. De algum modo, parece que a atividade científica do linguista dinamarquês se tratava de uma procura constante por uma espécie de *matematização da linguística*, do mesmo modo como o galileanismo o fez com a física. Isso se repercute diretamente, por exemplo, na maneira como Hjelmslev (2013 [1953]) considerava a álgebra uma *disciplina prototípica* justamente pelo seu caráter rigoroso e exato, em especial nas notações e nas formas de teorização do seu conhecimento, critérios que fundamentam o modo como esse campo da matemática literaliza e formaliza a episteme que lhe é ínsita. Em determinado plano, isso é, entendemos, um desdobramento do processo de geometrização tão característico do galileanismo científico (KOYRÉ, 2011a [1944]; 2011b [1956]).

É assim que podemos deferir, também, com o quanto o campo das ciência da linguagem, em seus aspectos epistemológicos sobretudo, manteve e mantém relações estreitas com outros tantos campos científicos. Quando se trata da glossemática hjelmsleviana, é muito claro que a questão epistemológica que a constitui – isto é, tanto do conhecimento (científico, no caso), quanto das condições e dos critérios que o tornam possível e válido como uma episteme fundamentada que se quer racionalmente justificada – trata-se de uma e mesma tanto no campo que costumeiramente chamamos de ciência natural – como no da física, caso aqui abordado relativamente –, quanto no da ciência linguística, com a única exceção de que se diferem um do outro no que tange aos seus objetos particulares. Mas a forma de concebê-los, delimitá-los e defini-los através de uma episteme pouco ou nada se difere. Essa é a tese básica de Milner (2021 [1989]), com a qual concordamos quando o que se encontra em jogo é a problemática epistemológica das ciências em geral.

Nesse sentido, podemos apodicticamente afirmar que o programa científico da glossemática hjelmsleviana tem no modelo e na racionalidade do galileanismo, mesmo que de modo relativamente modificado dadas as condições idiossincráticas em que se propôs e se concebeu, a sua estrutura, a sua expressão e a sua forma geral. O modelo galileano fundamenta essa teoria linguística especificamente na

maneira como ela se arquiteta epistemologicamente como uma teoria que se quer distante do empirismo realista e do indutivismo, que se pretende, portanto, como uma teoria racionalista aprioristicamente pensada, arbitrária e independente em relação a um fato particular porque deseja ser geral e universalmente válida. O galileanismo aí se encontra presente, assim, porque a glossemática quer-se ciência, e uma *ciência galileana*. Ao mesmo tempo, ela é intrinsecamente galileana no método que preconiza para a análise, um método que é duplamente articulado e justificado, e que pode ser terminologicamente chamado, em termos popperianos, de método dedutivo de prova.

O dedutivismo talvez seja aí, sem sombra de dúvidas, uma das mais intensas marcas epistemológicas do galileanismo científico, porque especialmente auxilia a glossemática a desobrigar-se de cumprir uma agenda metodológica indutivista e de evitar, portanto, que possivelmente cometa erros e equívocos ao tentar fundamentar a sua teoria a partir exclusiva ou totalmente de sínteses e de generalizações por meio da indução. Conjuntamente, a linguística hjelmsleviana retoma do modelo epistemológico galileano o princípio da adequação, que nada mais é do que a busca pela validação – ou falseamento/falsificação (POPPER, 2013 [1934]; 2013 [1979]) – de uma predição ou de uma hipótese (ou, ainda, um modelo teórico como o da teoria linguística que constrói) teoricamente postulada, através da sua condução dedutiva à experimentação. É por isso que Hjelmslev (2013 [1953]) afirma que o método da sua glossemática tem dupla natureza: ao mesmo tempo, é empírico e dedutivo – galileanamente, hipotético-dedutivo.

A racionalidade teórica galileana, totalmente imantada no seio de um racionalismo platônico, reflete-se profundamente no programa científico da teoria linguística de Hjelmslev, principalmente porque é uma linguística que se almeja racional (HJELMSLEV, 2013 [1953]). Isso fica sobremodo evidente na maneira como o linguista dinamarquês fez uso dos princípios galileanos da literalização e da formalização na sistematização da sua linguística. Desde as primeiras prescrições de conceitos, de ideias e de princípios, até a delimitação sistemática da terminologia a ser integralmente utilizada tanto nas análises e nas descrições, quanto nos desenvolvimentos teóricos subsequentes, Hjelmslev preocupou-se em fornecer os meios para que o conhecimento da glossemática possa ser literalizado e formalizado segundo as particularidades de uma ciência galileana e de acordo com os limites que o seu objeto teoricamente circunscrito e determinado lhe impõe, o que o faz ser, certamente, um epistemólogo de primeira linha.

Nisso tudo, a maneira como concebeu teoricamente o principal fenômeno de análise da glossemática é singularmente importante, justamente pelo fato de o ter definido epistemicamente e de ter determinado a sua configuração epistemológica de maneira teoricamente apriorística, circunscrevendo a sua forma e os seus limites segundo o modelo e a racionalidade galileanos em que a sua teoria se inscreve epistemologicamente. E isso fica ainda mais claro quando tratamos da definição epistêmica do conceito de forma. Tanto em sua motivação epistemológica, quanto em sua justificação teórica, esse conceito somente pode garantir-se sem qualquer espécie de recuo necessário à realidade empírica e à substância, sobretudo por ser esta incapaz de gerar epistemicamente o conceito de forma e de validar epistemologicamente a sua existência teórica no plano da linguística hjelmsleviana. Portanto, a racionalidade teórica sob a qual se abriga e a

partir da qual se justifica a episteme da glossemática é profundamente galileana.

No mais, esperamos ter conseguido esclarecer alguns poucos aspectos do grande e complexo problema a que nos propomos discutir. Conscientes de que jamais conseguiríamos esgotar essa temática tão rica, esperamos também que tenhamos minimamente contribuído para um debate efetivamente epistemológico a respeito de uma das teorias de linguística geral mais coerentes do século XX, cujo valor deve ser medido pelos esforços que ali foram empreendidos para que a nossa ciência conseguisse usufruir, hoje, um estatuto epistemológico consistentemente fundamentado, e não somente pelo que tem a oferecer do ponto de vista exclusivamente teórico-analítico.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Ivone Castilho Benetti. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012 [1983].

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal*. 2. ed. Tradução de Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1660].

BEIVIDAS, Waldir. A teoria da linguagem de Hjelmslev: uma epistemologia imanente do conhecimento. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 1-10, Julho de 2015.

BONFIM, Jonatan Henrique Pinho. Pressupostos filosóficos da teoria da linguagem de Hjelmslev: a Filosofia Analítica de Frege e Wittgenstein. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 1-17, Dezembro de 2020.

BOUQUET, Simon. *Introdução à leitura de Saussure*. Tradução de Carlos Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2000 [1997].

CAMARA JR. Joaquim. *História da linguística*. Tradução de Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Revisão e comentários de Valdir Nascimento Flores e Gabriel de Ávila Othero. Petrópolis: Editora Vozes, 2021 [1975].

CASTRO DIAS, Fábio Luiz; VILLARTA-NEDER, Marco Antonio; FERREIRA, Helena. A repercussão da distinção saussureana entre *forma* e *substância* na teoria linguística de Hjelmslev. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 26, n. 2, p. 382-407, maio-agosto de 2023.

EINSTEIN, Albert. Apresentação. In JAMMER, Max. *Conceitos de espaço: a história das teorias do espaço na física*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2010 [1954].

HJELMSLEV, Louis. Forme et substance linguistiques. In : HJELMSLEV, Louis. *Essais linguistiques II*. 1973 [1939], p. 99-100.

HJELMSLEV, Louis. Langue et parole. In: HJELMSLEV, Louis. *Essais linguistiques I*. 1959 [1953], p. 69-81.

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2013 [1953].

KOYRÉ, Alexander. Aristotelismo e platonismo na filosofia medieval. In: KOYRÉ, Alexander. *Estudos de história do pensamento científico*. Tradução de Márcio Ramalho. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011a [1944].

KOYRÉ, Alexander. As origens da ciência moderna: uma interpretação. In: KOYRÉ, Alexander. *Estudos de história do pensamento científico*. Tradução de Márcio Ramalho. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011b [1956].

KOYRÉ, Alexander. Galileu e a revolução científica do século XVII. In: KOYRÉ, Alexander. *Estudos de história do pensamento científico*. Tradução de Márcio Ramalho. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011c [1955], p. 197-213.

KOYRÉ, Alexander. Galileu e Platão. In: KOYRÉ, Alexander. *Estudos de história do pensamento científico*. Tradução de Márcio Ramalho. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011d [1953], p. 166-196.

KOYRÉ, Alexander. O pensamento moderno. In: KOYRÉ, Alexander. *Estudos de história do pensamento científico*. Tradução de Márcio Ramalho. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011e [1930].

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. Tradução de Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2018 [1962].

KUHN, Thomas. Tradição matemática versus tradição experimental no desenvolvimento das ciências físicas. In: *A tensão essencial: estudos selecionados sobre tradição e mudança científica*. Tradução de Marcelo Amaral Penna-Forte. São Paulo: Editora Unesp, 2011 [1976].

MILNER, Jean-Claude. *Introdução a uma ciência da linguagem*. Tradução de Daniel Costa da Silva, Gabriel de Ávila Othero e Heloísa Monteiro Rosário. Petrópolis: Editora Vozes, 2021 [1989].

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013 [1934].

POPPER, Karl. *Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento*. Tradução de Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp, 2013 [1979].

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: do humanismo a Descartes*, v.3. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2021 [1916].

VALÉRIO, Yvanowik Dantas. *A descrição glossemática das estruturas multissemióticas na chamada de capa*. Tese (Doutorado em Linguística), Centro de Humanidades da universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

DIAS, Fábio Luiz de Castro; VILLARTA-NEDER, Marco Antonio; PETRONILHO, Caio Gutemberg da Silva. O galileanismo na ciência da linguagem: o programa científico da glossemática de Hjelmslev. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 12, n. 3, p. 419-444, set.-dez. 2023.

Autoria

Fábio Luiz de Castro Dias é mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal de Lavras (UFLA). É bolsista financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Desenvolve pesquisas no campo dos estudos linguísticos (análise epistêmica e histórica de teorias linguísticas) e também no campo dos estudos sobre o Círculo de Bakhtin (pesquisas relacionadas às teorias filosóficas de Mikhail Bakhtin e de Valentin Volóchinov). E-mail: castrodias.f.l@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-6755-1048>.

Marco Antonio Villarta-Neder é doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). É Professor Associado do Departamento de Estudos da Linguagem (DEL) da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Educação e Letras (FAELCH) da Universidade Federal de Lavras (UFLA). É líder do Grupo de Estudos Discursivos sobre o Círculo de Bakhtin (GEDISC-UFLA-CNPq) e vice-líder do Textualiza (Textualidades em Gêneros Multissemióticos e Formação de Professores de Língua Portuguesa). As suas pesquisas versam sobre diversos temas do campo de Letras, tais como discurso, sentido, silêncio, Círculo de Bakhtin, linguagens não-verbais, linguística, cinema, audiovisual, contextos multissemióticos, realidade aumentada, realidade virtual, leitura, produção escrita, metodologias ativas e formação de professores. E-mail: villarta.marco@ufla.br. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3857-3720>.

Caio Gutemberg da Silva Petronilho é graduado em Letras (licenciatura plena em português e inglês) pela Universidade Federal de Lavras (UFLA) Além das atividades de monitoria remunerada, foi bolsista de iniciação científica (CNPq) e de iniciação à docência (área de inglês). As suas pesquisas tratam de temas do campo das teorias linguísticas, sobretudo no da fonética e no da morfossintaxe. E-mail: silvapetronilhoc@gmail.com. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-1109-7560>.